CADERNO
PNE ANTIRRACISTA

FRENTE PARLAMENTAR
MISTA ANTIRRACISMO

CADERNO

PNE ANTIRRACISTA

FRENTE PARLAMENTAR
MISTA ANTIRRACISMO

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Frente Parlamentar Mista Antirracismo
Coordenação: Deputada Federal Dandara (PT/MG)

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Deputada Dandara (PT/MG) – Coordenadora da Frente Parlamentar Mista Antirracismo

ORGANIZAÇÃO GERAL

Jules Rodrigues - Analista Legislativo - Assessoria da deputada Dandara
Sandra Sena - Secretária Executiva da Frente Parlamentar Mista Antirracismo

ORGANIZAÇÃO, PESQUISA E REDAÇÃO

Observatório da Branquitude:
Manuela Thamani - Diretora Executiva
Thales Vieira - Diretor de Estratégias e Programas
Carol Canegal - Coordenadora de pesquisa
Nayara Melo - Analista de Pesquisa
Thiago Ansel - Coordenador de Comunicação
Adriana Avelar - Analista de Advocacy
Monique Borges - Analista Financeira

SISTEMATIZAÇÃO E REVISÃO DO CADERNO

Jules Rodrigues - Analista Legislativo - Assessoria da deputada Dandara
Sandra Sena - Secretária Executiva da Frente Parlamentar Mista Antirracismo

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Naomí Leal - Designer Gráfico

COORDENAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA ANTIRRACISMO

Deputada Dandara (PT/MG) - Coordenadora
Deputada Carol Dartora (PT/PR) - Vice Coordenadora
Senador Paulo Paim (PT/RS) - Coordenador
Senadora Zenaide Maia (PSD/RN) - Vice Coordenadora

IMPRESSÃO
Gráfica da Câmara dos Deputados
Junho de 2025

SUMÁRIO

4 CARTAS DE APRESENTAÇÃO

11 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O COMPROMISSO INADIÁVEL DO ESTADO BRASILEIRO

13 INTRODUÇÃO

14 1. METODOLOGIA

16 2. RESULTADOS

31 CONSIDERAÇÕES FINAIS

32 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

33 ANEXOS

CARTAS DE APRESENTAÇÃO

Prezadas (os),

Com muita força no peito, fé na caminhada e responsabilidade com a história do nosso Brasil, apresento a vocês o **Caderno de Propostas da Frente Parlamentar Mista Antirracismo para um Plano Nacional de Educação Antirracista (2024–2034).**

Quando lançamos o formulário de escuta pública em maio de 2025, sabíamos das inúmeras questões e problemas que afligem a educação brasileira, e que nosso desafio seria gigantesco. Mas também tínhamos a certeza que o trabalho coletivo seria nossa principal arma para conquistarmos a educação com que tanto sonhamos: inclusiva, diversa e plural. O que talvez não soubéssemos era o tamanho da disposição coletiva em atender esse chamado: mais de 400 contribuições de todo o país. Pessoas, organizações, movimentos, órgãos e conselhos públicos dizendo o que precisa mudar para que o racismo, a desigualdade e a exclusão não sigam sendo a regra na educação brasileira.

Nesse sentido, este caderno nasce do acúmulo das histórias de esperança dos povos negro, indígena, quilombola, da floresta e do campo, e dos educadores e educadoras de todo Brasil que se comprometem em transformar nossas batalhas em políticas públicas, com orçamento, metas, acompanhamento, avaliação e garantias de execução.

Como professora, mulher negra e filha da escola pública, tenho a convicção de que não se trata apenas de um conjunto de objetivos e metas, e sim do futuro de um país inteiro, com a imensidão continental e a diversidade que o caracterizam. Por isso, este Caderno foi construído com muita confiança e também com a ousadia de propor que a nossa nação tenha o direito de sonhar: sonhar com um Brasil em que nossos estudantes entrem nas escolas, institutos e universidades livres de desigualdade e de exclusão; e mais, que saiam delas formados, no sentido mais amplo do termo, e prontos para conquistar o mundo.

Agora é hora de um passo largo e firme; é hora de garantir que o próximo Plano Nacional de Educação tenha efetivamente o antirracismo e a equidade como eixos estruturantes. Aliás, a predominância das temáticas Educação Inclusiva, Equidade e Relações Étnico-Raciais dentre

as mais de 3.000 emendas apresentadas ao PL 2.614/22024 evidencia, a um só tempo, a enorme importância dessas questões e também o clamor social para que déficits estruturais que marcam nossa Educação sejam finalmente superados.

Nossa existência é um ato político, e nossa luta é por um Brasil que conheça, respeite e valorize sua história, os saberes e os corpos que o racismo estruturado tenta suprimir, mas que ainda assim seguem firmes, aprendendo, progredindo e escrevendo o futuro.

Com gratidão e compromisso,

Dandara Tonantzin

Deputada Federal (PT/MG)

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista Antirracismo

Minhas amigas e meus amigos,

Com imensa admiração à trajetória coletiva do nosso povo e imerso no momento histórico que vivemos, a Frente Parlamentar Mista Antirracismo produz à muitas mãos e olhares o Caderno de Propostas para um Plano Nacional de Educação Antirracista (2024–2034). E na oportunidade faço questão de destacar que o fizemos a partir de um processo de escuta pública ampla, participativa e comprometida com a luta em defesa de um Brasil sem racismo, justo e equânime.

Ao longo da minha vida pública, sempre estive ao lado das lutas dos movimentos negros, da classe trabalhadora, da juventude, das comunidades quilombolas, dos povos indígenas, das mulheres, dos educadores e educadoras, pessoas com deficiência e idosos, lutas essas que em essência possuem um eixo comum: o direito à dignidade.

O Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010, foi um marco especial na minha trajetória e também as políticas de cotas nas universidades, institutos federais e no serviço público. E hoje, mais de uma década depois, reafirmo meu compromisso com a educação, que é uma das maiores trincheiras para combatermos o racismo no Brasil. Mas para que isso seja efetivo, ela precisa ser transformada com a nossa coragem e sabedoria coletiva.

O caderno PNE Antirracista é o fruto de centenas de contribuições vindas de todas as regiões do Brasil, reunindo propostas dos movimentos negro, indígena, quilombola, de educação, dos conselhos de participação social e dos gestores públicos. São essas vozes que dizem com certeza: não há futuro para a educação brasileira sem o enfrentamento às desigualdades raciais.

Parabenizo toda a equipe da Frente Parlamentar Mista Antirracismo, por está iniciativa corajosa e urgente tendo como coordenadora na Câmara, a deputada Dandara e vice coordenadora, a deputada Carol Dartora, na qual sou coordenador no Senado e a senadora Zenaide Maia, é a vice- coordenadora. A presença de grandes intelectuais, educadores/as e lideranças populares neste processo reforça o que aprendemos com quem vem antes da gente: a sabedoria nasce da escuta e do compromisso que temos com a coletividade.

Este caderno deve ser considerado com a seriedade que merece pela Comissão Especial do PNE e por todas as instâncias do Congresso Nacional. Não se trata de um anexo. Trata-se de uma contribuição estrutural e estruturante, para um país que precisa, de fato, romper com todas as perver-

sidades que o racismo causou e continua causando em nosso cotidiano.

Contem comigo. Pois sempre estive e estarei ao lado das lutas de combate ao racismo, dentro e fora do Parlamento. Porque o Brasil precisa se reconhecer negro, indígena, plural e popular também em sua política educacional.

Um forte abraço com respeito, fé e muito axé. Com a democracia tudo, sem a democracia nada!

Paulo Paim
Senador (PT/RS)
Coordenador da Frente Parlamentar Mista Antirracismo

O Plano Nacional de Educação é muito mais do que uma lei ou uma lista de metas. Ele é, acima de tudo, um grande pacto pelo futuro do Brasil. Um PNE feito a partir das vozes das pessoas, um compromisso que deve estar profundamente enraizado nos sonhos e nas lutas da sociedade, traduzindo em políticas públicas os clamores que emergem da realidade das nossas escolas, das nossas comunidades e, principalmente, dos segmentos historicamente silenciados.

Para que o PNE atinja esse fim, é fundamental uma ampla participação social em sua construção. Por isso celebro esta consulta pública, realizada pela Frente Parlamentar Mista Antirracismo, que reuniu contribuições fundamentais para garantir que o novo PNE seja, efetivamente, antirracista. Ao trazer as demandas da sociedade civil, especialmente dos movimentos negros, indígenas, quilombolas, de terreiro e de organizações que lutam diariamente pela justiça racial e educacional, este caderno traduz uma necessidade urgente e inadiável: combater o racismo estrutural que atravessa nossa educação.

Educação antirracista deve ser compromisso ético, pedagógico e político. Implica reconhecer a diversidade do nosso povo não apenas como riqueza cultural, mas como um imperativo de justiça histórica e social. A diversidade das mais de 400 contribuições recebidas revela, sobretudo, uma convergência poderosa: a consciência crescente de que não há caminho possível para uma democracia plena sem enfrentar, com coragem e determinação, as desigualdades raciais que persistem no cotidiano escolar brasileiro, impactando profundamente a trajetória e as oportunidades de vida da população negra.

Assumir a educação antirracista como eixo estruturante do PNE significa apostar em um projeto de país mais justo e inclusivo, acreditando que cada criança negra, indígena ou quilombola tem direito não somente a uma vaga na escola, mas a uma educação que valorize sua história, sua identidade e seu futuro. Não podemos aceitar menos do que isso.

Contamos com importantes marcos legais, em especial a Lei 10.639/2003, introdutora do ensino obrigatório de história e cultura afro-brasileira e africana, e a Lei 12.711/2012, regrando ações afirmativas nas universidades. Porém, ainda há enorme distância entre a legislação e sua real implementação no dia a dia das escolas, de modo que este PNE é uma oportunidade única para avançarmos de fato.

Ao presidir a Comissão Especial do PNE, tenho reafirmado o compromisso de que este seja o Plano mais participativo da nossa história recente. É preciso promover uma escuta ativa e contínua, não somente em Brasília, mas em cada canto deste país. Estamos organizando audiências

públicas e seminários regionais em todos os estados brasileiros, porque sabemos que é nas periferias, nas escolas quilombolas e indígenas, nas vozes das comunidades tradicionais e dos povos historicamente excluídos, que residem as soluções mais profundas e reais.

Este documento é um passo importante nessa direção, pois traduz um diálogo imprescindível e se soma ao esforço para que o Plano Nacional de Educação esteja à altura dos desafios do Brasil e das expectativas da nossa gente.

Que as páginas que se seguem sejam lidas como um convite à ação. Que esta construção coletiva nos inspire a transformar intenções em realidades, metas em resultados, e a diversidade em nossa maior força rumo a um futuro verdadeiramente democrático e antirracista.

Tabata Amaral
Deputada Federal (PSB-SP)
Presidente da Comissão Especial do PNE

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O COMPROMISSO INADIÁVEL DO ESTADO BRASILEIRO

As mais de 400 propostas presentes neste documento, somadas às notas técnicas produzidas por diversas organizações negras, como o Instituto Peregum/UNEafro Brasil e o Observatório da Branquitude, demonstram o compromisso dos movimentos negros organizados com a melhoria da educação no país. Esse compromisso histórico ofereceu ao Estado brasileiro importantes conquistas, como a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e a Lei 12.711/2012 que dispõe sobre ações afirmativas no acesso ao ensino superior.

Essas conquistas representam não apenas marcos legais, mas transformações profundas na estrutura educacional brasileira. Elas resultaram do trabalho persistente de organizações do movimento negro, pesquisadores, educadores e parlamentares comprometidos com a equidade racial e, em última instância, são, na verdade, demandas por uma educação mais democrática, plural e representativa da realidade brasileira. Não há democracia efetiva que conviva com a desigualdade que assola desproporcionalmente a população negra.

Até o momento, a despeito de alguns parcos avanços, as políticas educacionais não foram capazes de virar o jogo no sentido de uma educação mais equitativa que enfrente de forma franca a desigualdade matriz de todas as outras: a racial. Nesse sentido, as propostas aqui apresentadas, embora formuladas por um grupo específico de organizações, devem contribuir de forma decisiva para a efetividade do Plano Nacional de Educação (PNE), uma vez que beneficiariam justamente os estudantes e estabelecimentos de ensino mais expostos às consequências da não correção de distorções e injustiças históricas.

A persistência do movimento negro em aprimorar a democracia no Brasil tem encontrado eco em alguns parlamentares comprometidos com a equidade e com a construção de um país

mais justo. Está, portanto, difundida a crença de que a tramitação do novo PNE será um ensejo a um chamamento importante para que as casas legislativas passem cada vez mais a valorizar a equidade que, antes de palavra-chave em discursos vazios de significado, é um ideal e um horizonte que requer nomear diretamente aqueles que têm menos oportunidades e assim transformar suas realidades.

THALES VIEIRA

DIRETOR DE ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS
DO OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE

INTRODUÇÃO

O "Caderno de Propostas para um PNE Antirracista: contribuições da sociedade civil" é resultado da consulta pública destinada a movimentos negros, indígenas, quilombolas, de terreiros e organizações sociais a respeito de suas propostas para um Plano Nacional de Educação (PNE) Antirracista. Realizada pela Frente Parlamentar Mista Antirracismo, a chamada buscou coletar proposições da sociedade de modo a garantir que o novo PNE incorpore diretrizes, metas e ações de enfrentamento ao racismo estrutural na educação brasileira, assegurando equidade, representatividade e justiça para os povos historicamente excluídos.

A publicação traz a sistematização das 409 propostas submetidas ao formulário online que ficou disponível por um mês, entre os dias 2 de maio e 2 de junho de 2025. O caderno, coordenado pela Frente Parlamentar Mista Antirracismo e organizado pelo Observatório da Branquitude, traz o panorama das contribuições, com foco em análises quantitativas e qualitativas do universo observado. Nele, é possível conhecer a distribuição das sugestões por estado; os tipos de organização social autoras; e o conteúdo das proposições, condensado em dimensões temáticas.

O novo Plano Nacional de Educação (PNE) representa a oportunidade de consolidar um instrumento de planejamento orientador das políticas educacionais em todos os estados e municípios pelos próximos 10 anos. E certamente será maior o seu êxito, quanto mais sintonizado estiver aos anseios das populações negras, indígenas, quilombolas, de terreiro, povos ciganos, entre outros.

Nas páginas seguintes, o(a) leitor(a) irá encontrar sínteses das demandas e ações apontadas por movimentos e organizações sociais na linha de frente do combate às variadas expressões do racismo, e que lutam por uma educação comprometida com a equidade e a qualidade, diretrizes centrais do texto do projeto de lei do PNE em tramitação.

Além das cartas de apresentação e desta introdução, o Caderno de Propostas para um PNE Antirracista apresenta a metodologia aplicada na sistematização; os resultados das análises; as considerações finais e referências bibliográficas; além de uma seção de anexos, com a lista de organizações propositoras e o fluxo de tramitação do novo PNE nas casas legislativas federais.

BOA LEITURA!

1.METODOLOGIA

O formulário de consulta pública recebeu, ao todo, 409 respostas com propostas ao novo Plano Nacional de Educação. A análise foi desenvolvida em duas etapas:

- **A primeira, quantitativa, traçou um panorama das respostas com foco nas categorias: estado, tipo da organização e conteúdo;**

- **E a segunda, qualitativa, foi dedicada à análise em profundidade do conteúdo das propostas.**

A respeito da etapa quantitativa, as categorias “tipo da organização” e “conteúdo das propostas” são novas e foram criadas no processo de análise dos dados. Diante da diversidade no perfil das organizações, estas foram classificadas em 14 categorias. Sendo assim, a variável “tipo da organização” apresentou as categorias: "comissões da OAB"; "concelhos e fóruns (municipais e estaduais)"; "grupos de pesquisa"; "movimentos de mulheres e LGBTQIAP+"; "movimentos estudantis"; "movimentos indígenas"; "movimentos negros"; "movimentos rurais e sem terra"; "organizações da sociedade civil"; "organizações quilombolas"; "órgãos públicos da educação"; "secretarias públicas (municipais e estaduais)"; "sindicatos"; "terreiros e outras organizações de religiões de matriz africana". A lista completa com o nome de cada instituição está contida nos anexos.

De semelhante modo, as propostas foram categorizadas considerando os argumentos mais presentes em cada uma delas. A classificação tem intuito organizativo com dois focos: primeiro, o mapeamento das ideias mais frequentes nas propostas - com o auxílio da análise descritiva; segundo, na análise qualitativa, diferenciar sínteses dos grupos de propostas mais alinhadas e áreas de proposição por tópicos.

Algumas áreas foram agrupadas em conjunto, devido à baixa recorrência de propostas submetidas e pela proximidade dos assuntos. Ocorrência que não diminui a importância de cada tema agrupado com outros. As categorias listadas são: “ações afirmativas”;

“educação de terreiro”, “intolerância religiosa e correlatos”; “educação inclusiva LGBTQIAP+”; “financiamento”; “formação continuada”; “formação docente antirracista”; “gestão escolar democrática, participação da comunidade e cultura de paz”; “história da cultura afro-brasileira”; “instâncias de participação e controle social”; “modalidades de ensino”; “monitoramento e avaliação”; “pessoas negras com deficiência”; “povos ciganos”; “reformulação curricular”; “saúde mental”; “ênfase em EEQ (Educação Escolar Quilombola), educação indígena e educação do campo”; “ênfase em ERER (Educação para as Relações Étnico-raciais)”; e “Ênfase nas Leis 10.639/03 e 11.645/08”.

Após a categorização[4] das propostas, as análises textuais tiveram o intuito de desenvolver resumos sintéticos com os pontos mais relevantes das proposições em relação ao PNE. Importante destacar que, diante da grande quantidade de respostas, muitas não se enquadraram como pertinentes ao Plano Nacional de Educação, fugiam do tema, ou não mostravam uma resposta compreensível sobre seus objetivos. Diante disso, 103 respostas não foram consideradas para essa segunda etapa. Os resultados serão apresentados a seguir.

[1] A adoção da categoria LGBTQIAP+ nesta publicação segue a nomenclatura das propostas recebidas nessa temática.

2. RESULTADOS

Os resultados nesta seção são apresentados em dois grupos. O primeiro, "Panorama das respostas", oferece um cenário ampliado das instituições, da participação dos estados brasileiros no envio das respostas e, por último, do teor das propostas. A segunda parte é um aprofundamento das respostas, organizado por tópicos. Em cada grupo de proposições, há uma síntese das propostas relacionadas ao tema.

2.1. PANORAMA DAS RESPOSTAS

De todas as submissões, 74,08% (303) foram feitas por indivíduos que se apresentaram como participantes de instituições. As organizações foram classificadas em 14 modalidades, em que as de maior representação foram os movimentos negros, com 23,27% (71) das submissões, e em seguida os Conselhos e Fóruns (municipais e estaduais), com 21,31% (65), como é possível visualizar adiante no Gráfico 1.

É relevante destacar que muitas submissões aglutinaram mais de uma organização no envio da proposta. Por isso, a interpretação desses resultados deve considerar que os percentuais são referentes à menção das instituições, independentemente das propostas, visto que duas ou mais instituições de forma conjunta podem ter submetido uma proposição ao PNE.

CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE CONTRIBUIRAM COM PROPOSTAS

GRÁFICO 1

0,3% Movimentos indígenas

0,7% Movimentos de estudantes

0,7% Sindicatos

1,3% Movimentos Rurais e Sem Terra

2,0% Comissão da OAB

3,0% Órgãos públicos de educação

3,9% Movimento de Mulheres e LGBT+

6,2% Secretarias públicas (municipais e estaduais)

6,6% Grupos de Pesquisa

8,5% Terreiros e outras org. de religião de Matriz Africana

9,2% Organizações Quilombolas

13,1% Organizações da Sociedade Civil

21,3% Conselhos e Fóruns (municipais e estaduais)

23,3% Movimentos Negros

Fonte: Elaborado pelo Observatório da Branquitude com base nos dados do formulário da Frente Parlamentar Mista Antirracismo.

Em relação aos estados participantes, houve o envio por parte de todas as unidades da federação e do Distrito Federal. Os estados com maior participação foram São Paulo, 15,15% (62) e Rio de Janeiro, 12,95% (53). Em seguida, o terceiro estado com maior quantidade de respostas foi o Rio Grande do Sul, 8,55% (35). Ao observar os dados por região, em ordem decrescente, os resultados aparecem da seguinte forma: sudeste, 37,81% (152); Nordeste, 27,86% (112); Sul, 14,42% (58); norte, 11,19% (45); e por último, Centro oeste, 8,70% (35), como mostra o Gráfico 2.

DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSTAS POR ESTADO

(GRÁFICO 2)

SÃO PAULO – 15,16%

RIO DE JANEIRO – 12,96%

RIO GRANDE DO SUL – 8,56%

MINAS GERAIS – 7,58%

PERNAMBUCO – 7,09%

BAHIA – 6,60%

RIO GRANDE DO NORTE – 5,38%

PARÁ – 4,89%

PARANÁ – 4,65%

DISTRITO FEDERAL – 4,40%

CEARÁ – 3,91%

PIAUÍ – 3,91%

GOIÁS – 2,69%

RONDÔNIA – 1,71%

MARANHÃO – 1,47%

ESPÍRITO SANTO – 1,47%

ALAGOAS – 1,22%

TOCANTINS – 1,22%

AMAZONAS – 0,98%

MATO GROSSO – 0,98%

SANTA CATARINA – 0,98%

RORAIMA – 0,98%

SERGIPE – 0,73%

AMAPÁ – 0,73%

PARAÍBA – 0,73%

MATO GROSSO DO SUL – 0,49%

ACRE – 0,49%

De maneira similar à distribuição dos estados, as propostas recebidas elencaram uma diversidade de temas. Os mais mencionados ao longo das respostas mostram preocupação com a formação docente em dois aspectos, a formação continuada (em diferentes níveis e temas) e a formação docente com ênfase em antirracismo. Logo após, os outros dois temas que apresentaram percentuais próximos enfatizam a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e a aplicação correta das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Destacam-se também os temas que, mesmo com percentuais menores, indicam o largo alcance das recomendações enviadas, a exemplo das categorias "Pessoas negras com deficiência", "Povos ciganos" e "Educação inclusiva LGBTQIAP+" . O Gráfico 3 traz as classificações das propostas.

[2] Embora o foco desta publicação seja a sistematização de propostas para um PNE Antirracista, o formulário também recebeu sugestões para uma educação inclusiva LGBTQIAP+. Optou-se por mantê-las no corpo da análise em razão da importância da valorização das diversidades no ambiente escolar. Bem como do reconhecimento do gênero e da sexualidade como marcadores sociais da diferença que podem aprofundar desigualdades sobre as trajetórias de vida e escolar, especialmente se combinados à raça/cor, ao território e à região.

GRÁFICO 3.

Classificação das propostas - %

Fonte: Elaborado pelo Observatório da Branquitude com base nos dados do formulário da Frente Parlamentar Mista Antirracismo.

No tópico a seguir, os temas são detalhados a partir da análise das propostas recebidas.

2.2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS

Nesta seção apresentam-se as sínteses analíticas das propostas para um PNE Antirracista, organizadas em 18 dimensões.

FORMAÇÃO DOCENTE ANTIRRACISTA

Esta foi a temática mais recorrente entre as contribuições válidas recebidas pela consulta pública. Em síntese, as proposições pleiteiam a centralidade da formação docente antirracista, entendida não apenas como um processo de técnico-formativo, mas como uma estratégia política e pedagógica de combate ao racismo. **A formação antirracista direcionada a docentes deve ultrapassar os limites de sala de aula e dialogar com as realidades territoriais e culturais, incluindo metodologias como arte-educação, pedagogias de terreiro, cultura hip hop.**

As ações sugerem desde a revisão dos currículos na formação inicial docente nos cursos de licenciatura e pedagogia, garantindo que os futuros educadores se apropriem de temáticas raciais, até a criação de polos regionais de formação, com a participação de universidades, movimentos sociais e lideranças tradicionais. Para tanto, o financiamento público foi mencionado como fundamental à implementação de tais ações.

As sugestões enfatizaram a **formação continuada para docentes,** bem como gestores e demais profissionais da educação, tópico a ser tratado a seguir.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Conforme as propostas, a formação de profissionais para educação antirracista deve ser contínua e articulada a políticas públicas com financiamento, a fim de garantir que gestores e professores estejam preparados para executar projetos educacionais. **A continuidade da formação pode ocorrer por meio de programas permanentes em parceria com universidades, institutos federais e movimentos sociais, com foco no letramento racial e combate ao racismo institucional.** Também foi mencionada a importância da **capacitação de gestores escolares para mediar conflitos raciais e implementar protocolos de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar.**

No sentido de garantir o compromisso institucional das escolas com a agenda formativa, as propostas sugeriram **a integração da formação antirracista ao Projeto Político-Pedagógico** para evitar descontinuidades. A instituição de sistemas de monitoramento com indicadores para a avaliação da eficácia das ações formativas também foi recomendado.

ÊNFASE EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER)

Tema correlato ao anterior, a ênfase na importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) se mostrou recorrente. As sugestões reiteraram a urgência de ações permanentes, tais como a inclusão de jogos interativos, livros infantis, exposições e visitas virtuais a terreiros. A participação da comunidade escolar, famílias e movimentos sociais é considerada fundamental, bem como a elaboração de **políticas públicas, instituição de núcleos de apoio pedagógico, e da articulação entre os entes federativos para garantir a efetividade de programas e práticas antirracistas na escola.**

A Educação para as Relações Étnico-Raciais também precisa envolver o combate ao racismo religioso, a promoção de saúde mental, e formações obrigatórias para profissionais da educação básica. Nas propostas, a ERER é amplamente reconhecida como instrumento de enfrentamento à violência institucional contra a juventude negra, reparação histórica e justiça racial.

ÊNFASE NAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08

As propostas foram convergentes na afirmação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e a história e cultura dos povos indígenas no currículo oficial da educação básica. **Ambas as normativas foram apontadas como instrumentos imprescindíveis ao enfrentamento do racismo e à ampliação da equidade racial no novo Plano Nacional de Educação.**

Para expandir a aplicação da Lei 10.639/03, as contribuições trouxeram um rol de ações concretas, como a **fundação de escolas étnico-identitárias, financiamento para projetos antirracistas, produção de materiais paradidáticos e valorização das expressões culturais negras, como a capoeira.** A formulação de mecanismos de monitoramento e avaliação do cumprimento das normativas também foi apresentada como ação, com a participação ativa da sociedade civil e dos movimentos negros.

ÊNFASE EM EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA (EEQ) E EDUCAÇÃO INDÍGENA

O conjunto de propostas voltadas à Educação Escolar Quilombola sublinha a urgência de mecanismos de **financiamento específicos para escolas quilombolas, visando a adequação de infraestrutura, o acesso a recursos pedagógicos e a condições favoráveis de ensino.** Também foram destaques a criação de indicadores étnico-raciais para monitoramento das políticas educacionais; a incorporação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 nos currículos escolares; a formação inicial e continuada de professores, preferencialmente oriundos das próprias comunidades; e o fortalecimento da gestão democrática com participação comunitária ativa.

Quanto à **Educação Indígena, foi defendida a implementação concreta da Lei nº 11.645/2008, incorporando as cosmovisões indígenas ao currículo.** A contratação de docentes indígenas também esteve presente nas contribuições, bem como a formulação de políticas públicas que garantam acesso, permanência e sucesso escolar aos povos indígenas, sobretudo em contextos rurais, amazônicos e periféricos.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E CULTURA DE PAZ

As propostas que abordaram a gestão escolar democrática destacaram o acompanhamento do desempenho e da permanência de estudantes negros e indígenas, com **a adoção de metas para a superação das desigualdades raciais no ambiente escolar integradas a sistemas de monitoramento**. A conexão com a comunidade escolar foi enfatizada, mediante a criação de parcerias intersetoriais envolvendo escolas, universidades, órgãos públicos e movimentos comunitários com vistas à valorização da identidade afro-brasileira e indígena e de saberes locais.

A colaboração entre a escola e a família, especialmente no acompanhamento e no planejamento pedagógico, também foi apontada como um meio para efetivação da educação antirracista. No âmbito do ensino superior, o fortalecimento institucional dos **Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indí-**

genas (NEABIs) figurou como estratégico, com financiamento direto e autonomia para atuação nos processos educativos e formativos.

Por fim, a promoção da cultura de paz foi sublinhada como instrumento relevante à educação antirracista, sob a premissa de que **a construção de uma convivência pacífica nas escolas exige o enfrentamento das desigualdades.**

REFORMULAÇÃO CURRICULAR

As demandas em favor da reestruturação profunda do currículo escolar brasileiro foram recorrentes, incluindo a **revisão de currículos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a fim de garantir a obrigatoriedade de inserção da história, cultura, filosofia e epistemologias dos povos africanos, afro-brasileiros, indígenas e dos povos ciganos.** As contribuições entendem que a reformulação precisa ser transversal, contemplando todas as etapas e modalidades de ensino.

FINANCIAMENTO

A alocação de recursos oriundos de mecanismos como o VAAR (Valor Aluno Ano Resultado), com diretrizes para a aplicação em projetos pedagógicos, formação docente, fortalecimento de bibliotecas com diversidade étnico-racial, e melhorias estruturais nas escolas esteve entre as sugestões que abordaram o financiamento para um PNE antirracista.

As contribuições sinalizaram ainda a importância de **financiamento para ações afirmativas, infraestrutura escolar, alimentação escolar culturalmente adequada, transporte e materiais didáticos que respeitem as particularidades culturais e pedagógicas dos territórios.**

Outro eixo identificado diz respeito ao estabelecimento de fundos e mecanismos orçamentários vinculados, como o Fundo Nacional para a Educação Quilombola, com recursos garantidos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e em outras fontes. As propostas convergiram na necessidade de assegurar orçamento para a educação indígena e de povos de terreiro.

HISTÓRIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A demanda por reestruturação curricular com enfoque na obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira esteve presente nas propostas, que ressaltaram **a necessidade de superação do eurocentrismo por meio de currículos decoloniais** [4] que valorizem a ancestralidade africana e também indígena. A criação de escolas afrorreferenciadas e de materiais pedagógicos elaborados por intelectuais negros e indígenas foi sugerida, assim como visitas a territórios quilombolas e indígenas como

[3] O conceito de eurocentrismo diz respeito à perspectiva que assume os valores, as crenças, a cultura e a produção de conhecimento da Europa como modelo universal de organização do mundo, padrão de racionalidade e também de superioridade considerando uma escala hierarquizada de saberes. Serviu de base para justificar e naturalizar a dominação colonial sobre as Américas e outras regiões no Ocidente. Ver https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55Ldndtrwkfkv RN5vqb/

[4] Por decolonialidade, entende-se a crítica à colonialidade em suas mais variadas formas e estruturas de poder e dominação que permanecem ativas em que pese o fim formal do Colonialismo. Portanto, as propostas submetidas pela sociedade e que defendem a adoção de currículos decoloniais pretendem desafiar a perspectiva colonial e eurocêntrica remanescente nas matrizes curriculares nacionais, no sentido de ensejar a valorização, inserção e aplicação de saberes produzidos por povos subalternizados.

forma de conexão entre estudantes e suas raízes culturais.

A formação de educadores apareceu como outro eixo importante, tendo como ponto de partida a implementação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Para tanto, foram reivindicados **programas de formação inicial e continuada para as relações étnico-raciais, com participação ativa de lideranças negras, indígenas e de terreiro.** Recomendou-se, ainda, a inclusão obrigatória dessas temáticas nos cursos de licenciatura, bem como a integração das histórias negras e indígenas em exames nacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

AÇÕES AFIRMATIVAS

Segundo as sugestões vindas da sociedade civil, o **PNE deve assumir as ações afirmativas como uma das estratégias centrais de alcance da equidade étnico-racial na educação**. O que implica não só em consolidá-las, mas também ampliá-las. Políticas de acesso, permanência e assistência estudantil foram exemplos de medidas eficazes na direção de favorecer o sucesso escolar e acadêmico das populações negras, quilombolas, indígenas e outros grupos vulnerabilizados, seja na educação básica, seja no ensino superior.

EDUCAÇÃO DE TERREIRO, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E CORRELATOS

Neste tópico, as proposições apresentam medidas como o estabelecimento de escolas afrorreferenciadas, com **currículos que integrem a cultura ancestral, agroecologia e desenvolvimento sustentável.** Mais uma vez, a importância da formação continuada antirracista foi ressaltada, assim como a produção e distribuição de materiais didáticos que combatam o racismo, em especial o racismo religioso.

Observou-se também a ênfase dada à formulação de protocolos de denúncia de casos de intolerância e racismo religio-

sos, bem como a criação de espaços permanentes de participação das comunidades tradicionais na gestão escolar e em conselhos educativos.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Houve ênfase na defesa do estabelecimento de sistemas robustos de **monitoramento e avaliação das desigualdades raciais na educação, com destaque para a inclusão obrigatória de indicadores de raça/cor nos registros educacionais,** nos censos escolares e nas avaliações de desempenho, acesso, permanência e evasão. As propostas reiteraram, no entanto, que o monitoramento não deve ser apenas quantitativo, mas também qualitativo e participativo, **incorporando a escuta ativa de comunidades negras, quilombolas, indígenas e de povos de terreiro.**

Para tanto, a gestão escolar democrática foi apontada como condição indispensável, mediante o fortalecimento dos conselhos escolares e de fóruns de educação, incluindo representantes dos movimentos sociais. Recomendou-se ainda que os **Projetos Político-Pedagógicos** das escolas e seus regimentos internos contem com **mecanismos de acolhimento, denúncia e enfrentamento de práticas discriminatórias, especialmente relacionadas ao racismo religioso.**

Segundo as propostas, a avaliação constante dessas políticas deve estar articulada a **metas inteligíveis, mensuráveis e vinculadas ao financiamento público,** assegurando, assim, ações de combate às desigualdades raciais estruturantes e permanentes.

MODALIDADES DE ENSINO: PRÉ-ESCOLA E EDUCAÇÃO INFANTIL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E ENSINO SUPERIOR

No que se refere à pré-escola e educação infantil, as contribuições afirmaram a importância da i**nclusão de práticas pedagógicas de promoção da identidade e do pertencimento étnico-racial.** Currículos inclusivos, formação antirracista para professores e toda a comunidade escolar, e materiais didáticos representativos foram sugeridos.

A respeito da educação de jovens e adultos (EJA), defendeu-se **a adoção de abordagem pedagógica antirracista, libertadora e de valorização das experiências dos sujeitos em formação** nesta modalidade de ensino, entendida como estratégica à promoção de equidade educacional, racial e social.

Já sobre o ensino superior, as propostas concentram-se na **consolidação de políticas de acesso, permanência e valorização de estudantes negros, indígenas, quilombolas e de povos de terreiro.** A criação de Pró-Reitorias de **Ações Afirmativas e Equidade** (PROAFE) e a formação de bancas de heteroidentificação qualificadas foram apontadas como mecanismos para assegurar a equidade. A transformação da estrutura curricular também foi reivindicada, no sentido de incorporar a diversidade epistêmica e cultural dos povos historicamente marginalizados.

SAÚDE MENTAL

Partindo da premissa de que o racismo produz impactos psicossociais nos estudantes e profissionais da escola, as propostas destacaram a necessidade de **práticas institucionais de cuidado coletivo, bem como de escuta qualificada e de prevenção.** Nesse sentido, defendem a atuação de psicólogos(as) comprometidos(as) com uma perspectiva ética e antirracista nas redes públicas de educação básica, alinhada à **Resolução CFP n.º 018/2002 e à Lei n.º 13.935/2019.**

As propostas também incluem a implementação de programas de formação continuada para docentes e gestores sobre os **efeitos do racismo na saúde mental,** bem como a criação de ouvido-

rias específicas para acolher denúncias. A construção de equipes multidisciplinares, com psicólogos, pedagogos e outros profissionais, foi igualmente considerada para a construção de ambientes escolares que favoreçam o bem-estar psíquico e emocional. Políticas específicas de apoio psicológico, educação emocional antirracista e **fortalecimento da autoestima de crianças e jovens negros** apareceram como sugestões de ação.

INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O combate ao racismo pressupõe o fortalecimento das instâncias de participação e controle social, segundo as contribuições da sociedade civil. Nelas foram identificadas sugestões de criação e consolidação de fóruns e conselhos em prol da equidade racial e núcleos de Educação para as Relações Étnico-Raciais nas secretarias de educação, com **o objetivo de garantir a escuta e a representatividade de pessoas negras, quilombolas, indígenas, de terreiro, migrantes e periféricas no processo decisório das políticas educacionais.**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA LGBTQIAP+

Os principais aportes para uma educação inclusiva LGBTQIAP+ defenderam a incorporação da perspectiva de gênero e sexualidade de forma transversal nos currículos escolares, desde a educação infantil até o ensino médio. Defenderam também a **produção e distribuição de materiais didáticos específicos nas diferentes áreas do conhecimento.** Além disso, a formação inicial e continuada de educadores, com foco em práticas pedagógicas comprometidas com ambientes escolares seguros para esse grupo. Políticas de atenção à saúde mental dos estudantes LGBTQIAP+ também foram sugeridas.

POVOS CIGANOS

Identificou-se nas propostas a sugestão pela inserção da história e cultura dos povos ciganos nos currículos escolares e nos materiais didáticos, com o intuito de **combater estereótipos e conferir visibilidade positiva da identidade cigana. A garantia do direito à educação desses povos** também foi mencionada.

PESSOAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA

Houve referência a políticas específicas que considerem a **intersecção entre deficiência e raça,** com foco na população negra. Entre as sugestões de ação, a criação de projetos educacionais inclusivos voltados ao **acesso e permanência** (aulas de reforço, atividades físicas e artísticas); e a implementação de auxílio para a mobilidade dos responsáveis pelos estudantes, de modo a facilitar o acesso a atividades educacionais e formativas, o que contribui para a redução das barreiras sociais experimentadas por esse grupo.

A urgência de mecanismos de monitoramento e fiscalização da efetividade das leis de educação antirracista foi mencionada, a despeito da **baixa representatividade de pessoas com deficiência negras no ensino superior público.** Ademais, propôs-se a adoção de instrumentos avaliativos, como uma prova antirracista aplicada no final do ano letivo, com o objetivo de verificar a efetividade das práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura de uma consulta pública para receber propostas da sociedade na direção de um Plano Nacional de Educação que seja antirracista, é uma etapa valiosa para o alcance desse objetivo. Em um Estado democrático, o campo das decisões acontece com o auxílio da população, da escuta do que é importante e das suas necessidades. As análises contidas neste documento oferecem uma amostragem rica em diversos aspectos. A consulta foi eficaz em reunir propostas de todos os estados brasileiros, também pela diversidade de entidades sociais, órgãos públicos e cidadãs(ãos) dedicadas(os) a participar desse processo.

No teor das propostas, a ênfase na aplicação efetiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08 é pauta reiterada por diferentes ângulos, quer seja na formação continuada, ou na garantia de material didático com referências e autores negros e indígenas. Sobre a formação docente, o foco na continuidade formativa e valorização do profissional, mas sobretudo com destaque à inclusão de disciplinas e conteúdos que atendam a História da Cultura Afro-brasileira e estudos sobre discriminação e racismo. A respeito dos estudantes, as proposições refletem um olhar atento não apenas ao acesso, mas também à permanência, com foco especial para infraestrutura das escolas, materiais didáticos e as escolas em territórios quilombolas e indígenas.

O longo caminho trilhado até a garantia de uma educação de qualidade no país tem sido pavimentado pelas reivindicações e propostas somadas a cada novo processo de elaboração a respeito da educação brasileira. Por isso, reiteramos a relevância das contribuições que são fruto de estudos dedicados e da vivência diária dos profissionais da rede pública, os quais se dispuseram a contribuir com suas propostas ao novo PNE. O desenvolvimento de uma educação antirracista se encontra alinhado aos pressupostos de uma educação que valoriza a importância dos povos indígenas, negros, quilombolas e das tantas outras diversidades presentes no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Maia, F. J. F; Farias, M. H. V. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. Revista Interações (Campo Grande), Volume: 21, Número: 3, 2020. Disponível em https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55Ldndtrwkfkvrn5vqb/?lang=pt

Poder Executivo. Projeto de Lei nº 2614/2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília: Câmara dos Deputados, 27 de jun. 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2443432&filename=Tramitacao-PL%202614/2024

ANEXOS

Lista das organizações

8M Niterói
Abassa dy Oxossi Omoloko – Ceará
Africanidades por elas
Agência Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano
Àlàáfíà Educa
Alagba
Alumni International Organization World HQ Montevideo, Uruguay (AIBEX)
AMACRIS
Amefricanas
APNs e Conselho da Comunidade Negra – Rio Claro, SP
Aquilombamento Brasileiro de Letras e Artes Pretas e Originárias - ABLA -
Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es - ANPSINEP
Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da Universidade Federal Fluminense – AFIDE
Associação Abassá de Oya
Associação Barrense de Cultura e Crença Afro-brasileira
Associação Beradeiro
Associação Brasileira de Apoio aos Pacientes com Câncer – Aprabac
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH
Associação Coletiva Mulheres da Quebrada
Associação Comunitária Da Tapera E Alto Da Tapera – ACTAT
Associação Comunitária Mãe Nila
Associação Comunitária Movimento Negro Kizumbi - ACMNK
Associação Comunitária Otávio Maia
Associação Comunitária Quilombola Camucim – ACQC
Associação Comunitária Quilombola de Vereda Viana
Associação Cultural Afro-brasileira dos Povos de Terreiro de Horizonte
Associação Cultural Afrodescendentes Betim Cor Brazil
Associação das Famílias Quilombolas de Terra da Lua
Associação das Mulheres Empreendedoras – Saquarema, RJ
Associação das Prostitutas de Minas Gerais - APROSMIG
Associação de Familiares e Amigos dos Presos de Rondônia - AFAPARO
Associação De Grupos De Mulheres Quilombolas Do Município – TUCANDEIRAS, Moju, PA
Associação de Mulheres de João de Barro – AMJB
Associação de Religiões de Matriz Afro de Betim
Associação de Remanescentes de Quilombos São Sebastião Cipoal – ARQUISC, Portel, PA
Associação do Coletivo Afrodivas – Niterói, RJ
Associação do Quilombo urbano Maloca
Associação dos Remanescentes de Quilombo de Vila Velha do Cassiporé
Associação Estadual da Etnia Cigana de Goiás
Associação Filantrópica Espírita de Umbanda Caboclo Tapynare - AFEUCT
Associação Ilê Axé Oyawoyê
Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED
Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE
Associação por Moradia no Distrito Federal – AMORA, Distrito Federal
Associação Pró-Falcêmicos e Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – APROFe, SP
Associação Quilombo Quingoma
Associação Quilombola – Alagoinha, PE
Associação Quilombola Comunitária Maria Quitéria
Associação Quilombola da Comunidade Cardoso
Associação Remanescentes Quilombola
Associação Vida Inteira
Bloco Sô Fia da Vida
Brincando Na Kebrada
Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Casa coletivo Terreiro Òbá Labi
Casa da Mulher Paulista Barretos
Casa da Mulher RP
Casa de Oyá
Casa do Hip Hop de Biguaçu
Casa Laudelina de Campos Mello - Organização da Mulher Negra – I CLCMOMN/AMNB
Casa Paul Singer De Economia Solidária
Central de Movimento Popular Setorial das

Pessoas com Deficiência do Gama e Entorno – CMP
Central de Movimentos Populares – CMP
Centro de Ação Cultural - CENTRAC
Centro de Defesa dos Direitos Humanos – ES
Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE
Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA
Centro de Estudos da Cultura Negra- Cecun-ES,
Centro de Estudos e Pesquisa em Ensinagem - CEPE na SMED - Secretaria Municipal da Educação de Vacaria/RS
Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES)
Centro de Referência Indígena do Rio Grande do Sul
Centro de Tradições Afrobrasileiras - CETRAB
Centro Nacional de Referência Afro Brasileira - Cenarab
Chi Alpha Brasil
Clube Beneficente Recreativo Cultural 28 de Setembro.
Clube de Leitura Leia Mulheres Negras Oficial - Poços de Caldas, MG
Colegiado Estadual de Culturas Populares RS
Coletiva Antirracista Dandara Zumbi
Coletivo Carolinas
Coletivo Dan Eji
Coletivo de entidades negras
Coletivo de Entidades Negras – CEN
Coletivo de Matriz Cultural Africana Ibilé
Coletivo de Mulheres Negras Maria Cecilia
Coletivo De Mulheres Pretas Rondônia
Coletivo dos Pretos de Mossoró – CPM
Coletivo Elzas de Ananindeua
Coletivo Frente Negra On-line
Coletivo Ibilé
Coletivo Milton Santos
Coletivo Mulheres Quilombolas Invernada dos Negros – SC
Coletivo Negro Lélia González Nova Friburgo
Coletivo Pretas Baobab
Coletivo Pretas de Novo Hamburgo
Coletivo Sùúrù
Comissão de Combate à Violência Contra Mulher – OAB Rio de Janeiro
Comissão de Igualdade Racial – OAB, Paulista, PE
Comissão de Igualdade Racial da OAB Sumaré/SP
Comissão de Imigrantes do Condepe SP,
Comissão Permanente de Educação Escolar Quilombola - CPEQ SEE/MG
Comitê Estadual de Equidade no Âmbito do Trabalho e da Educação - SE
Comunidade Africano – Dourados, MS
Comunidade Bom viver
Comunidade Quilombola/ Conselho de Igualdade Racial
CONAQ, COEQ, COMPIR E ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA SERRA DE GAMELEIRA DE BAIXO
Confederação dos Negros do Brasil - Conebras
CONSEA/PE
Conselho Comunitário de Segurança de São Bento do Tocantins - CONSEG
Conselho da comunidade negra de Rio Claro
Conselho de Alimentação Escolar - Cubatão, SP
Conselho de Assistência Social – Bahia
Conselho de Cultura de Jandira
Conselho de Participação e Desenvolvimento Negra e Religiosa – Franco da Rocha, SP
Conselho de Saúde e Conselho da Pessoa idosa
Conselho dos Obásoruns da per de Xangô
Conselho Escolar da EEMTI Padre Luís Filgueiras
Conselho Estadual da Condição Feminina
Conselho Municipal - São João de Meriti, RJ
Conselho Municipal Assistência Social – Juiz de Fora, MG
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, Salto - SP
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, Varzelândia, MG
Conselho Municipal das Comunidades Negra da Cidade do Salvador – CMCN
Conselho Municipal das Comunidades Quilombola de Bonito – CONQBON
Conselho Municipal De Igualdade Racial – São José de Princesa, PB
Conselho Municipal de Política Cultural de Itanhaém – CMPCI
Conselho Municipal de Povos de Terreiro de Guaíba
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Anápolis, GO
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, Anápolis, GO
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Lauro de Freitas, BA
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – PA
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Santa Maria, RS
Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial – Cascavel, PR
Conselho Municipal de Promoção Racial - Paranaguá, PR
Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Rio Grande - CPOTERG
Conselho Municipal Quilombola do Município

de Jeremoabo
Conselho Municipal Segurança Urbana e Cidadania – Juiz de Fora, MG
Conselho Regional de Economia Solidária – Juiz de Fora, MG
Conselho rural - PE
Coordenação de Igualdade Racial de Maceió
Coordenação de Negros e Negras do DCE - Diretório Central dos Estudantes da UFOPA.
Coordenação Estadual de Articulação de Quilombos do Amazonas – CONAQ, AM
Coordenação fórum da Educação Quilombola da Bahia
Coordenação Municipal de Educação Escolar Quilombola
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ/CONARQ
Coordenação Operativa da Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008
Coordenação Operativa da Unidade Negra Capixaba
Coordenação Quilombola De Colinas
Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Diadema, AL
Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Poço das Trincheiras, AL
Decolonizamente
Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável - DESAU – DF
Divisão de Diversidade CODEMUS/IBRAM
Eduq
Égbé Ile Iya Omidayè Ase Obalayo
Enegrecer
Escola da Cidadania Deputado José de Souza Cândido
Escola Municipal John Kennedy – RJ
Espaço Dona Hellen Coletiva Caboclas
Federação da União dos Cultos Afro-Brasileiras
Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas - CES/AL-CEDDH/AL- CONSEA/AL.
Federação de Capoeira do Tocantins – FECATINS
Federação Estadual das Comunidades Quilombola de Minas Gerais - NGOLO
Federação Quilombola PE
Foafro
Fórum Chico Prego
Fórum das Pessoas com Deficiência da Cidade de Belford Roxo
Fórum de Educação Quilombola do Estado da Bahia
Fórum de Estudos e Ações de Educadores Antirracistas, Niterói – RJ
Fórum de Promoção da Igualdade Racial Benedita da Silva
Fórum EJA
Fórum Estadual de Capoeira – MG
Fórum Estadual de Mulheres Negras - FEMNegras RJ
Fórum Municipal de Educação de Guaíba
Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/-Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORMDIR)
Fórum Nacional de Travestis e Transexuais – FONATRANS
Fórum Permanente de Afrodescendente do Amazonas – FOPAAM
Fórum Permanente de Diversidade e Educação Étnico-racial – RS
Fórum Permanente de Educação Étnico-Racial de Rio Branco-AC
Fórum Regional Popular de Roraima
Frente Nacional de Mulheres na Política
Geledés Instituto da Mulher Negra
Gerência de Juventude, Promoções Culturais e Igualdade Racial - Sec. Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Governador Valadares/MG.
Grêmio Recreativo Limeirense
Grupo Acesso Cultural
Grupo Afro Vida
Grupo Cultural Sussa Quilombola
Grupo de Estudos Quilombo Malaquias, Kizomba.
Grupo de Pesquisa Consciência FE UnB
Grupo de Pesquisa e Ativismo - Audre Lorde
Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente - GEAM/UFPA
Grupo de Pesquisa Margens, Culturas e Epistemologias Dissidentes – MARGENS
Ilé À⊠ẹ Àlákètú Odara Enìkejì
Ilê Àse Igbó Ará Erinlé
Ilê Ase Obanjena
Ilé Àse Ti Tóbi Ìyá Àfin Òsùn Alákétu - Terreiro de Candomblé
Instituição Casa Coletivo Terreiro Òbáí / Quintal das Pedrinhas Miudinhas
Instituição Mulheres Livres
Instituto Afro Cultural Ilê Axé Igba Oni Opara Flor de Ouro e Maria Padilha
Instituto Afrobrasileiro Imaculada Conceição – IABIC-PA
Instituto Alana
Instituto Brasileiro De Transmasculinidades - IBRAT
Instituto Camboatá – Universidade Federal do

Pampa (Educação do Campo)
Instituto de Estudos Socioeconômicos- Inesc
Instituto de Pesquisa da Afrodescendência-IPAD - Brasil
Instituto Ecovida – ES
Instituto Elimu Professor Cleber Maciel
Instituto Letra Preta e Coordenadoria de Ações Afirmativas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto Manoel Egberto Doe Solidariedade
Instituto Mulher Negra e Cia
Instituto Peregum
Instituto Projeto Expresso Centro Oeste - PROECO
Instituto Reparação
Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais – ISNEC
Instituto Vladimir Herzog
Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango
Laboratório de Estudos de Afrobrasilidades, Gênero e Família – NUAFRO
Liga Acadêmica de Saúde Mental Inclusão e Cidadania da População Quilombola e outras comunidades Tradicionais – LASMIC CT/UFS
Marcha de Oxalá Bara Lalu Wa Ara Funfun
Movimento Afrodescendente Francisquense
Movimento Afrodescendentes do Pará – MOCAMBO
Movimento Axé
Movimento Cabano Tenoné (MCT-32)
Movimento camponês popular (MCP)
Movimento Confluências da Psicologia
Movimento Cultural de Matrizes Africanas Ibilé - Ilê Orixá Olufan
Movimento de Mulheres em Ação Bem Querer Mulher e Cidadania do Brasil ODS
Movimento de Mulheres Negras
Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – Lauro de Freitas, BA
Movimento Mulheres na Contramão
Movimento Negro Raízes
Movimento Negro Unificado - Camaragibe -PE
Movimento Negro Unificado – GO
Movimento Negro Unificado – Rio Grande do Norte
Movimento Negro Unificado – Rio Grande do Sul
Movimento Negro Unificado – Santa Maria, RS
Movimento Negro Unificado – São Gonçalo
Movimento Negro Unificado - Tocantins
Movimento Negro Unificado- Itaboraí, RJ
Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor – MOPOCEM
Movimento Preta Próspera
Movimento Social Quilombola
Movimento TENNIS AQUI
Movimentos de Mulheres Quilombolas
Mulheres de Àse do Brasil – RS
Mulheres de Axé do Brasil Seção Pará
Museu Casa de Benjamin Constant - Unidade do Instituto Brasileiro de Museus
Museu de Arte Sacra de Paraty
Museu Forte Defensor Perpétuo - Instituto Brasileiro de Museus
Nação hip-hop Brasil
Nova Frente Negra Brasileira
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília (NEAB/UnB)
Núcleo de estudos afro-indígena e brasileiro / NEABI
Núcleo de estudos afro-indígena e brasileiro /Instituto Federal Goiano
Núcleo de Pesquisa Antirracismo - UFRGS
Núcleo Municipal de Promoção da Igualdade Racial - NUMPIR
OAB Mesquita
OAB Rondônia
OAB/RJ - Comissão de Direito e Igualdade Racial
Observatório da Branquitude
Olodum - Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum
ONG Identidade Humana
ONG Maré - Som dos Quilombolas de Ilha de Maré
ONG Recriando Raízes
ONG Ubuntu
OSC - Coletivo Tecendo os Fios de Nossa Ancestralidade
OSC - Fundação Território
Pense Minha Cor
Ponta Comunidades
Ponto de Cultura e Memória GRIOT
Ponto de Cultura Instituto e Fundação Cultural Luta Brasileira
Prefeitura Municipal de Iguaracy
Programa Cozinha Solidária
Projeto SETA - Sistema de Educação para uma Transformação Antirracista
Psicólogos da Favela
Quilombo Quilombá
Rede de Migração Unidos no Brasil
Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco
Rede De Mulheres Negras De Pernambuco
Rede Municipal de Educação – Passagem, RN
Secretaria da Igualdade Racial – Ceará
Secretaria De Educação Municipal – Carnaíba, PE
Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos – Palmas, TO
Secretaria de Políticas Raciais /Força Sindical – Santa Rita do Sapucaí, MG
Secretaria de Povos e Comunidades Tradicio-

nais – Banzaê, Bahia
Secretaria Municipal de Educação – Belém, PA
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP
Sociedade Cultural de Minas Gerais
Sou Negro e Sou Feliz - SNSF
SPlutas
Tenda Cabocla Janaína TCAJ
Terreiro Ilê Axé Omim Mariwô D'Ewá
Terreiro Tumba Inzo A'na Nzambi Junsara
UNEafro Brasil
União das associações de Banzaê
União De Negros E Negras Pela Igualdade - UNEGRO
União Nacional das Ekedes - UNDEKE
União Rastafari

FLUXO DE TRAMITAÇÃO DO PNE

O Projeto de Lei nº 2614/2024, que instituiu o novo Plano Nacional de Educação (PNE), foi apresentado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados em 27 de junho de 2024. No dia 4 de abril de 2025, foi criada uma Comissão Especial com a finalidade de analisar a proposta, sendo a Deputada Tabata Amaral (PSB-SP) nomeada presidente da Comissão, o deputado Pedro Uczai como 1º Vice-Presidente, a deputada Socorro Neri (PP-AC) como 2ª Vice-Presidente, e o deputado Rafael Brito (MDB-AL) como 3º Vice-Presidente. O deputado Moses Rodrigues (UNIÃO-CE) foi designado como relator.

As atividades previstas no plano de Trabalho da Comissão Especial envolvem um amplo processo de escuta da sociedade civil e dos diversos atores do campo educacional, com a realização de audiências públicas e seminários temáticos e regionais em diversos estados. Esses espaços de diálogo têm abordado temas centrais para a formulação do novo PNE, como: o financiamento da educação e a definição de metas para o novo decênio, com atenção especial à inclusão de temáticas como a educação quilombola, indígena e do campo, e de pessoas com deficiência.

Até o dia 20 de maio de 2025, foram protocoladas 3.068 emendas parlamentares ao texto original, demonstrando a atuação do Legislativo e da sociedade civil na construção do texto.

Na imagem 1 a seguir, é possível visualizar um resumo-esquema do fluxo.

[5] O Plano de Trabalho incluiu os seguintes objetivos na pauta de diálogo com a sociedade civil: Objetivos 1 e 2 – Acesso e Qualidade - Educação Infantil; Objetivo 3 – Alfabetização; Objetivos 4 e 5 - Acesso, Trajetória, Conclusão e Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; Objetivo 6 - Educação Integral em Tempo Integral; Objetivo 7 - Conectividade, Educação para as Tecnologias e Cidadania Digital; Objetivo 8 - Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola; Objetivo 9 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos; Objetivo 10 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Objetivos 11 e 12 - Acesso, Permanência, Conclusão e Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica; Objetivos 13 e 14 - Acesso, Permanência, Conclusão e Qualidade na Graduação; Objetivo 15 - Pós-Graduação Stricto Sensu; Objetivo 16 - Profissionais da Educação Básica; Objetivo 17 - Participação Social e Gestão Democrática; Objetivo 18 - Financiamento e infraestrutura da Educação Básica; Avaliação, Fiscalização, Monitoramento de Metas, e Responsabilização.

RESUMO DO FLUXO DE TRAMITAÇÃO DO PNE

Fonte: Elaborado pelo Observatório da Branquitude.

*O Regimento da Câmara dos Deputados prevê um Recurso contra a deliberação conclusiva das Comissões, o que levaria o Projeto para deliberação do Plenário.